

LEI Nº 9.691
DE 05 DE SETEMBRO DE 2006.

Altera dispositivos da Lei Nº 8.901 de 23 de abril de 2003, que dispõe sobre instituição, composição e competência do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência - CMPCD.

PREFEITO EDINHO ARAÚJO, do Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º – O artigo 1º da Lei 8.901 de 23 de abril de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência - CMPCD, cabendo-lhe:

- I - articular-se com órgãos governamentais e não governamentais de planejamento ou execução, nas políticas voltadas para as pessoas com deficiências, objetivando uma atuação integrada e eletiva;
- II - monitorar as ações sociais relativas às pessoas com deficiências, visando subsidiar o cumprimento das normas legais existentes a elas pertinentes;
- III - propor a implantação de diretrizes básicas da política municipal voltada à integração social das pessoas com deficiências;
- IV - estimular e motivar a organização e mobilização dos segmentos interessados na problemática das pessoas com deficiências;
- V - promover campanhas de conscientização direcionadas à sociedade em geral, especialmente junto às empresas, visando mostrar a potencialidade das pessoas com deficiências;
- VI - opinar sobre recursos financeiros destinados pelo Município às instituições que tenham por objetivo o trato com pessoas com deficiências;
- VII - elaborar o seu Regimento Interno disciplinando o seu funcionamento, com base na legislação vigente.”

Art. 2º – O artigo 2º da Lei 8.901 de 23 de abril de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - O Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência - CMPCD, será composto de 12 (doze) membros e respectivos suplentes, sendo:

I - 06 (seis) representantes do Poder Público, assim representados:

- a) 01 representante da Secretaria Municipal da Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos da Cidadania;
- b) 01 representante da Secretaria Municipal de Saúde e Higiene;
- c) 01 representante da Secretaria Municipal de Educação;
- d) 01 representante da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer;
- e) 01 representante da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes;
- f) 01 representante da Secretaria Municipal de Obras.

II - 06 (seis) representantes da Sociedade Civil, indicados por área de atuação e assim representados:

- a) 01 representante de Instituição de Pessoas com Deficiências Autistas;
- b) 01 representante de Instituição de Pessoas com Deficiências Mentais;
- c) 01 representante de Instituição de Pessoas com Deficiências Físicas;
- d) 01 representante de Instituição de Pessoas com Deficiências Visuais;



São José do Rio Preto

- e) 01 representante de Instituição de Pessoas com Deficiências Auditivas;
- f) 01 representante de Instituição de Pessoas com Múltiplas Deficiências;

§ 1º - Os Conselheiros representantes do Poder Público serão indicados pelo Prefeito dentre pessoas com poderes de decisão no âmbito da sua respectiva representação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da solicitação para nomeação e posse do Conselho.

§ 2º - Os Conselheiros representantes da sociedade civil, desde que indicados conforme inciso II deste artigo, serão eleitos em Assembléia pelo Fórum Municipal de Assistência Social, especialmente convocado para tal fim.

§ 3º - Cada titular do CMPCD terá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa.

§ 4º - Os membros do Conselho e os respectivos suplentes, a partir da próxima eleição, exercerão mandato de 03 (três) anos, admitindo-se apenas uma reeleição.

§ 5º - O Conselho, através de seu regimento interno, regulamentará os procedimentos de transição de forma a garantir que o Conselho seja renovado anualmente em somente 1/3 (um terço) de sua composição, observado todos os demais critérios legais."

Art. 3º - Os artigos 3º, 4º, 5º, 6º e 7º da Lei 8.901 de 23 de abril de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - A nomeação dos membros do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência - CMPCD, será feita através de ato próprio do Prefeito Municipal.

Art. 4º - O Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência - CMPCD, elegerá entre seus membros um Presidente e um Secretário, com respectivos suplentes, para mandato de 03 (três) anos, permitida apenas uma recondução.

Art. 5º - A função de membro de Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Art. 6º - Os Conselheiros, em um prazo de até 60 (sessenta) dias contados da posse, revisarão o Regimento Interno do Conselho para efetivarem as adequações necessárias à boa consecução das atividades do CMPCD.

Art. 7º - Fica a Secretaria Municipal da Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos da Cidadania - **SMAS**, responsável pela infra-estrutura mínima necessária para o pleno funcionamento do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência - CMPCD, utilizando-se para isso da estrutura administrativa já existente."

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto, 05 de setembro de 2006.

PREFEITO EDINHO ARAÚJO



ADILSON VEDRONI

SECRETÁRIO MUNICIPAL DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

Registrada no Livro de Leis e, em seguida publicada por afixação na mesma data e local de costume e, pela Imprensa Local.



São José do Rio Preto

Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos - www.riopreto.sp.gov.br - e-mail: smnj@empro.com.br
Avenida Alberto Andaló, 3030 - 7º Andar - CEP 15015-000 - Centro - Fone: (17) 3203-1343